



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1.1 Constitui objeto do presente Termo de Referência para a aquisição de gêneros alimentícios, material de limpeza, higiene e descartáveis, para atender a Câmara Municipal de Cacaúlândia/RO, conforme especificado no **item 1.2** deste instrumento.

1.2 DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTITATIVO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	CONSUMO ESTIMADO
1.	Açúcar, cristal branco de primeira qualidade. Deverá ter boa apresentação, coloração, acondicionado em plástico atóxico. Embalagem de 2kg, acondicionado em fardos totalizando 20kg. O produto deverá apresentar validade mínima de 12 meses, a partir da data de entrega na unidade requisitante.	FARDO	05
2.	Café torrado e moído, pacote de 500g (Café torrado e moído, moagem fina e uniforme, padrão de primeira qualidade. Embalagem tipo alto Vácuo ou Vácuo puro, (tradicional). Prazo de Validade mínima de 12 Meses a contar da data da entrega pelo fornecedor.	UND	200
3.	Bolacha Salgada, Tipo Cream Cracker, Sem Gorduras Trans Embalagem: Plástica, Em Pacotes de 400gr, c/ 3 pacotes cada embalagem e C/ Dupla Proteção, Validade: Mínima de 08 Meses a Contar da Data De Entrega - 1ª Qualidade.	PCT	50
4.	Biscoito tipo rosquinha sabores sortidos sem recheio, pacote c/ 400 gr, com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 08 meses. Contar da Data De Entrega	PCT	50
5.	Chá alimentação, CX de 10gr c/ 10 sachê (saquinhos) embalados individualmente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Sabores variados: erva doce, camomila, hortelã e outros a definir.	CX	80
6.	Açúcar em Sachê, tipo: refinado, fornecimento: caixa com 200 sachês de 5g cada. Identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de, sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Apresentando cor, odor e sabor característicos. Validade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega.	CX	02
7.	Palheta Plástica Para Mexer Café/Chá, Com No Mínimo 9 Cm, Pacote Com 500 Unidades.	PCT	01
8.	Desinfetante Líquido para uso geral, bactericida e desodorizante para limpeza em geral (Apropriado para eliminação de fungos, bactérias e germes). Fragrâncias variadas, sendo quantidade máxima de 15 unidades por fragrância. Embalagens de 2 litros, devem ter Lacre de segurança e respeitar as normas de segurança da Anvisa. Validade mínima de 12 Meses.	UND	78
9.	Copo Descartável, para água. Confeccionado em poliestireno, não tóxico, de 180 ML, transparente, reforçado com frisos laterais, bordas arredondadas não cortantes, que deverá constar na embalagem; caixa contendo 2500 Unidades, acondicionamento em pacotes plásticos lacrados, contendo 100 Copos.	CX	06
10.	Papel Higiênico, na cor branca, folha dupla, não reciclável, de primeira qualidade, rolo com 300m. Fardo contendo 8 unidades.	FARDO	03
11.	Saco Para Lixo de 100L, 80cm X 1,00M REFORÇADO. A embalagem deve conter saco plástico para lixo, com capacidade para 100 litros, na cor preta. Resistente para lixo pesado. Embalagem (Pacote) com 05 unidades.	PCT	35
12.	Saco para lixo de 15 L, 39cm x 58cm REFORÇADO. Com capacidade para 15 litros, na cor preta. Embalagem (Pacote) com 20 unidades cada.	PCT	10
13.	Água Sanitária de primeira qualidade, para limpeza geral, bactericida e germicida. Frasco de 1 litro. Caixa contendo 12 unidades.	CX	06
14.	Sabão em barra glicerinado neutro de boa qualidade. Pacote de 500G, com 05 unidades de 200G cada. Embalagem plástica, identificação do produto, data de fabricação e validade.	PCT	07
15.	Papel toalha interfolhado, 100% celulose virgem, folhas brancas, macias e resistentes, com dimensões aproximadas de 20 cm x 21 cm, compatível com dispensadores padrão. Embalado em pacote com 1.000 folhas.	PCT	40
16.	Detergente líquido. Concentrado, com alto poder de limpeza, para lavagem de louça e talheres. Embalagem de 500ml. Caixa com 12 unidades.	CX	02
17.	Pano de chão, tipo saco, para limpeza, Branco, tamanho grande, aproximadamente 50x75cm, 100% algodão.	UND	08
18.	Guardanapo De Papel descartável, em papel não reciclável, folha dupla, cor branca, medindo aproximadamente 33x32cm. Pacote com 50 unidades.	PCT	20
19.	Pastilha sanitária adesiva, desodorizador, caixa contendo duas pastilhas sanitárias higienizadoras, durabilidade mínima de 120 descargas cada, embalagem com	CX	30

	identificação do produto , data de fabricação e validade.		
20.	Luva de látex para limpeza, antiderrapante, forrada, punho com no mínimo 12cm de comprimento, fornecida em pacotes individuais e lacrados, contendo um par cada pacote. Tamanho P.	PCT	4
21.	Lustra móveis. De uso geral em limpeza e lustra móveis. Lavanda. Embalagem de 200ml	UND	15
22.	Álcool líquido etílico 70%, embalado em frasco plástico contendo 1 litro. Constar em sua embalagem data de fabricação e validade .	UND	30
23.	Esponja de lã de aço, formato retangular, para limpeza geral. Embalagem plástica contendo 8 unidades.	PCT	3
24.	Extensão 3 tomadas 2P+T 10A 250 V 5m	UND	2
25.	Plugue T Benjamim c/3 saídas 10A 250V 2P+T	UND	3
26.	Tampa de Vaso Sanitário, com assento oval Universal almofadado na cor Branco.	UND	3
27.	Sifão Universal Sanfonado Flexível Tubo Pia Cozinha Banheiro Lavatórios Tanques 66cm.	UND	4
28.	Mangueira flexível em 3 camadas distintas: interna em PVC, intermediária em fio de poliéster trançado e externa em PVC recomendada para situações de uso com pressão da água de até 12 BAR (174 PSI) e temperatura de 50°C, comprimento de no mínimo: 30 metros, diâmetro aproximado: ½", espessura aproximada das paredes: 2,00mm. Acompanhada de: 1(um) esguicho com jato regulável: 1(um) adaptador com engate rosqueado	ROLO	1
29.	Vassoura em cerdas de nylon base na largura mínima de 30 cm cabo de madeira revestido em plástico encaixe rosqueado com a ponteira em plástico e altura mínima de 120 cm.	UND	3
30.	Flanela na cor laranja: para limpeza, 28x38cm com costura nas laterais, 100% algodão, alta absorção de umidade.	UND	10
31.	SABONETE LIQUIDO; perfumado aromas variados, de ótima qualidade, cremoso, aplicação pele normal, glicerinado, frasco de 2 litros	UND	3
32.	Coador de pano para café nº 08, suporte em arame ou estrutura plástica resistente, com pano ou tecido próprio para uso alimentício 100% algodão, reutilizável, costurado e resistente ao calor. Embalagem limpa, não violada contendo identificação, procedência, material e dimensões.	UND	4
33.	Acendedor de Fogão à gás, Com Botão De Apertar que gera Faísca, Material Cabo Plástico, Tipo Manual.	UND	2
34.	Papel Higiênico, na cor branca, folha dupla, não reciclável, de alta absorção, Neutro, rolo com 30m. Pacote contendo 4 unidades.	PCT	50

1.3 **O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Portaria Municipal nº 13, de 31 de março de 2023;**

1.4 O objeto a ser contratado é de natureza comum nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021, visto que o desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A presente contratação está fundamentada nas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021;

2.2 A Fundamentação da necessidade contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópicos específicos do Estudo Técnico Preliminares, anexo deste termo de referência.

2.3 O alinhamento entre a contratação e o planejamento encontra-se pormenorizada em tópicos específicos do Estudo Técnico Preliminares, anexo deste termo de referência.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Trata-se de uma contratação de mediante dispensa de licitação Eletrônica, com base no inciso II, art. 75, da Lei 14.133/21.

5 DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 A entrega dos produtos referente a solicitação dá-se mediante nota de empenho emitida pela Câmara Municipal de Cacaulândia e deverão ocorrer no prazo de 7 (sete) dias corridos para empresas do município de Cacaulândia/RO, 14 (quatorze) dias corridos para empresas dentro do estado de Rondônia e 20 (vinte) dias corridos para empresas ganhadoras fora do estado de Rondônia, contados a partir do recebimento da Ordem de fornecimento.

5.2 Os produtos deverão ser entregues no horário de expediente sendo, na segunda-feira das 7h30 às 12h00/14h00 às 17h30 e de terça a sexta-feira das 07h30 às 13h00, no Prédio Central da Câmara, localizado na Rua João Boava, nº 1424, centro, CEP 76.889-000, Cacaulândia/RO;;

5.3 Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 48 (quarenta e oito)

horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades isentando a administração de qualquer custo adicional.

5.4 Os produtos deverão ser entregues com a data de validade não inferior a 12 meses no ato da entrega do produto.

6 GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) fiscal administrativo do contrato, representante da Administração especialmente designado conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo com informações pertinentes a essa atribuição.

6.3 O fiscal administrativo do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, verificar prazos, cumprimento das obrigações, realizações de assinaturas nos documentos e demais procedimentos relacionados a atividade administrativa.

6.4 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

6.5 O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

6.6 O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração durante a prestação do serviço para representá-lo na execução do contrato.

6.7 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

6.8 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

6.9 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.10 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis, ressalvada a hipótese prevista no § 2º do art. 121 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.11 O gestor do contrato é o gerente funcional, designado pela autoridade máxima, ou por quem ela delegar, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente:

6.11.1 Analisar a documentação que antecede o pagamento;

6.11.2 Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

6.11.3 Analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;

6.11.4 Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;

6.11.5 Acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;

6.11.6 Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;

6.12 Deverão ser seguidas as obrigações de fiscal e gestor previstas neste termo, bem como também as previstas na Resolução nº 87/2023;

6.13 Conforme Portaria Municipal nº 07/2026: A fiscalização do contrato será feita por meio da servidora: Rayle Alves de Lima.

7 DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1 O pagamento será através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, observada ainda a ordem cronológica de sua exigibilidade;

7.1.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir da apresentação da fatura/nota fiscal;

7.1.2 O pagamento somente será efetuado se houver o aceite/certificação do Fiscal na fatura/nota fiscal e a documentação da empresa estiver regular. Se a fatura/nota fiscal não for apresentada ou for apresentada em desacordo ao contratado, com irregularidades ou ainda se a documentação da empresa estiver irregular, o prazo para

o pagamento será interrompido até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias a sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para a Câmara;

7.2 Sanadas as irregularidades, o prazo de pagamento será contado do início a partir da data de protocolo da comunicação escrita da regularização das falhas e omissões pela CONTRATADA. Tudo em conformidade com que dispõe sobre a Ordem Cronológica de Pagamentos, no âmbito do Departamento Financeiro da Câmara Municipal de Cacaulândia/RO. Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data de emissão da ordem bancária;

7.3 A nota fiscal ou nota fiscal-fatura deverá ser entregue na sede do CONTRATANTE, aos cuidados do fiscal do contrato.

7.4 A Câmara Municipal de Cacaulândia/RO não efetua pagamento antecipado, não sendo considerados os itens das propostas que assim apresentarem.

8 FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 O critério que deverá ser adotado para seleção de qual a proposta mais vantajosa para a presente contratação será o de **MENOR PREÇO UNITÁRIO**.

8.2 EXIGÊNCIAS DA HABILITAÇÃO

8.3 A qualificação dos proponentes deve ser realizada de acordo com o estabelecido no art. 62 da Lei nº 14.133/21.

8.4 Por tratar-se de contratação que não envolve maior complexidade, torna-se desproporcional o cumprimento de requisitos muito elaborados. Portanto, na presente contratação as exigências limitam-se à comprovação de regularidade jurídica, fiscal e econômica da empresa.

9 DO VALOR ESTIMADO

4.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 17.142,27 (cento e dezessete mil, cento e quarenta e dois reais e vinte e sete centavos), conforme custos unitários apostos na tabela em anexo.

10 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação ocorrerão à conta da seguinte dotação orçamentárias:

Órgão: Câmara Municipal de Cacaulândia.

Unidade Orçamentária: Câmara Municipal de Cacaulândia.

Programação: 01.031.1009.2004.0000 Manutenção Atividades Administrativas da Câmara Municipal de Cacaulândia.

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 Material De Consumo

Fonte de Recurso: 001.001 Recursos Próprios/Ordinários

Ficha: 04

11 DAS UNIDADES PARTICIPANTES

- Secretaria Geral da Câmara.

12 DA VALIDADE DO PRODUTO

12.1 Os produtos que contem prazo de validade deverão ser entregues com prazo de mínimo de 12 (doze) meses dentro do prazo de validade

12.2 Na hipótese de ocorrência de vício oculto, o referido prazo iniciar-se-á no momento em que ficar evidenciado o defeito;

12.3 Haverá suspensão do prazo supramencionado nos casos em que haja notificação de vício no produto por parte da Secretaria solicitante perante o fornecedor até resposta negativa correspondente, que deverá ser formalmente manifestada;

12.4 O fornecedor fica obrigado a sanar o vício no produto no prazo máximo de 24 (vinte quatro) horas, após notificação, podendo ser prorrogado por igual período, devendo o fornecedor apresentar justificativa plausível e por escrito. Caso não o faça, poderá a Câmara Municipal de Cacaulândia exigir, alternativamente e à sua escolha:

- a) A substituição dos materiais por outro em perfeitas condições de uso;
- b) A restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos;
- c) O abatimento proporcional no preço;
- d) Além das sanções previstas;

12.5 As empresas fornecedoras dos materiais serão responsáveis pelo transporte, substituição, troca ou reposição dos materiais porventura entregues com defeito, danificados, ressecados, desbotados, ruim para leitura ou não compatíveis com as especificações do Termo de Referência;

12.6 Aplicam-se no que couber o Código de Defesa do Consumidor quanto á oferta de reposição do serviço, ainda que cessada a sua fabricação ou importação;

12.7 No caso de vícios ocultos ou de quaisquer outras irregularidades constatadas, a administração fornecerá ao contratado relatório concernente a essas ocorrências, expondo seus motivos, a fim de que as mesmas sejam corrigidas.

13 DAS OBRIGAÇÕES

13.1 **Da Contratante**

13.1.1 Proporcionar todas as condições necessárias para que o contratado possa executar o objeto da contratação, prestando informações e esclarecimentos necessários que venham a ser solicitado pela empresa vencedora, vistoriar a entrega dos materiais dos licitantes vencedores;

13.1.2 Acompanhar, conferir e fiscalizar a execução do objeto deste termo, através da equipe responsável pelo recebimento;

13.1.3 Recusar os produtos que estejam fora das especificações e qualificações mínimas exigidas pelo Termo de Referência;

13.1.4 Comunicar às contratadas toda e qualquer alteração relacionada com o objeto deste registro, efetuar o pagamento mediante emissão de Nota Fiscal devidamente certificado pela Secretaria interessada.

13.2 **Da Contratada/Fornecedor**

13.2.1 Cumprir fielmente o que estabelece o edital e seus anexos, assumir toda a responsabilidade pelos encargos fiscais, sociais e comerciais resultantes da adjudicação da presente licitação;

13.2.2 Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações e demandas decorrentes de danos sejam por culpa da empresa ou de qualquer de seus empregados e/ ou prepostos, obrigando-se consequentemente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a serem exigidos por força de lei, ligados ao cumprimento da presente licitação;

13.2.3 Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.2.4 A contratada será responsável pelos riscos e despesas de mão de obra, necessária à boa e perfeita entrega dos materiais;

13.2.5 Responsabiliza-se também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao Município ou a terceiros;

13.2.6 Indicar e-mail e telefone oficiais do fornecedor, a fim de facilitar a comunicação entre Contratada e Contratante;

13.2.7 Arcar com as **despesas com transporte, fretes, bem como, qualquer outra relacionada à entrega do produto**, que é de total responsabilidade da proponente;

13.2.8 Remover, substituir, após notificação formal, as mercadorias que estiverem em desacordo com as especificações deste instrumento ou que apresentarem vício de qualidade;

13.2.9 Comunicar a Contratante, através de justificativa circunstanciada formal, a ocorrência de qualquer evento que venha causar atrasos ou impedimentos que impeçam mesmo temporariamente de cumprir seus deveres e responsabilidades relativos à execução do Instrumento Contratual, total ou parcialmente, justificando o atraso, o que, em hipótese alguma eximirá a Contratada das obrigações assumidas, salvo caso fortuito ou força maior, devidamente caracterizado;

13.2.10 Entende-se por entrega o transporte, descarregamento e acondicionamento dos produtos no interior das dependências do local de entrega, correndo por conta da Contratada as despesas com custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, transporte, carga e descarga do produto e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;

13.2.11 O produto ofertado deverá atender aos dispositivos da Lei nº. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.

13.2.12 A empresa vencedora do certame deverá atender às exigências de qualidade exigidas para os itens, observados os padrões e normas preconizados pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial INMETRO, ANVISA (ou qualquer outro órgão competente de acordo com a categoria de cada produto);

13.2.13 Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, transporte, carga e descarga do produto e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;

13.2.14 O recebimento dos materiais licitados está condicionado à conferência, avaliações qualitativas e aceitação final, obrigando-se o licitante vencedor a reparar e corrigir os eventuais vícios, defeitos ou incorreções porventura detectados, na forma prevista no Termo de Referência, na Lei nº 14.133/21 e no Código de Defesa do Consumidor, em tudo o que couber;

13.2.15 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

14 **DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS**

14.1 A equipe será responsável pela anotação de todas as ocorrências e deficiências, entre outras anotações que julgar necessárias, informando a contratada para a imediata correção das irregularidades apontadas, quando o caso exigir;

14.2 As exigências da fiscalização e a atuação da Comissão de Recebimento de Materiais em qualquer etapa da execução do contrato, em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada no que

concerne o atendimento ao contrato;

14.3 Os produtos serão recebidos conforme a seguir:

14.4 Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

14.5 O recebimento dos materiais licitados está condicionado à conferência, avaliações qualitativas e aceitação final, obrigando-se o licitante vencedor a reparar e corrigir os eventuais vícios, defeitos ou incorreções porventura detectados, na forma prevista no Termo de Referência, na Lei nº 14.133/21 e no Código de Defesa do Consumidor, em tudo o que couber;

14.6 Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

14.7 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

14.8 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

14.9 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

14.10 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

14.11 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

15 DO CONTRATO

15.1 Administração convocará para assinatura do contrato no prazo de 03 (três) dias ou poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, conforme art. 95, da Lei nº 14.133/2021;

16 DOS ANEXOS

16.1 Integram o presente Termo de Referência, como se nele estivessem transcritos, os ANEXOS constante abaixo:

16.1.1 Estudo Técnico Preliminar ETP e seus anexos;

16.1.2 Documento de Formalização da Pesquisa de Preço;

16.1.3 Balizamentos de Preços.

Cacaulândia/RO, 02 de março de 2026.

Aprovo, declaro e dou fé no presente Termo de Referência e seus anexos.

Doraildes da Silva Oliveira
Presidente da Câmara Municipal

Elaborado por:

Tatiana Ruy Zuccolotto

Membro da Equipe de apoio

Rua João Boava, 1424 - Centro, Cacaulândia-RO, CEP 76889-000, Fone (69) 3532-2013



SIMPLES
ASSINATURA
ELETRÔNICA
LOGIN E SENHA

Documento assinado eletronicamente por **DORAILDES DA SILVA OLIVEIRA, VEREADOR PRESIDENTE**, em 02/03/2026 às 11:37, horário de Cacaulândia/RO, com fulcro no art. 24/08/2021 da [Lei nº 1022 de 24/08/2021](#).



SIMPLES
ASSINATURA
ELETRÔNICA
LOGIN E SENHA

Documento assinado eletronicamente por **TATIANA RUY ZUCCOLOTTO, MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO**, em 02/03/2026 às 15:25, horário de Cacaulândia/RO, com fulcro no art. 24/08/2021 da [Lei nº 1022 de 24/08/2021](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.camaradecacaulandia.ro.gov.br/cacaulandia, informando o ID **27085** e o código verificador **FA4265E9**.

Referência: [Processo nº 1-36/2026](#).

Docto ID: 27085 v1